

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017

GT-2 – Organização e Representação do Conhecimento

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM DIREITOS HUMANOS NOS PAÍSES DO SUL GLOBAL: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA E CIENTOMÉTRICA DA SUR REVISTA INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Ana Cláudia Ribeiro – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Maria Guiomar da Cunha Frota – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

THE SCIENTIFIC PRODUCTION IN HUMAN RIGHTS IN THE GLOBAL SOUTH COUNTRIES: A BIBLIOMETRIC ANALYSIS AND SCIENTOMETRIC OF SUR INTERNATIONAL JOURNAL OF HUMAN RIGHTS

Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

Resumo: Este trabalho propõe-se analisar a produção científica em Direitos Humanos do Sul Global, por meio de estudo dos autores e do conteúdo das publicações da Sur Revista Internacional de Direitos Humanos. Como plano de pesquisa foram adotadas as metodologias de análise bibliométrica e cientométrica, pois forneceram mecanismos que permitiram traçar a produção científica da Revista. A primeira etapa da análise se destina a entender o contexto sociopolítico dos autores, quanto às variáveis: afiliação institucional, local de nascimento e local de afiliação institucional. Apontando alto índice de participação dos autores vinculados às Universidades e ONGs, concluindo-se que estas instituições influenciam na Agenda Global dos direitos humanos e incentivam seus afiliados a escrever sob a luz da Agenda. Outra ocorrência substancial é a expressiva representação de autores advindos da Europa e Estados Unidos, sinalizando uma influência do Hemisfério Norte sobre a produção científica do Sul. A análise de conteúdo foi construída a partir da indexação dos artigos, adaptado por Ribeiro (2016) conforme literatura da área. Em virtude desta alteração, evidencia-se também a necessidade de repensar os sistemas de vocabulário controlado da área, para que contemplem termos relacionados a temas contemporâneos. Os resultados da análise de assuntos mostram que o tema mais debatido trata de questões ligadas à Terceira Dimensão, caracterizada pelos Direitos Transindividuais Coletivos – elencados pelos grupos de refugiados, mulheres, crianças, LGBT, deficientes, povos étnicos e indígenas. O segundo tema mais presente pertence à Segunda Dimensão e aborda questões de Justiciabilidade dos Direitos – relacionados pela Eficácia da jurisdição internacional e Internacionalização dos Direitos Humanos. Também foram identificados assuntos menos evidenciados na Revista, como o Direito ao Desenvolvimento e o Meio Ambiente. Este é um ponto crítico da Revista, pois são temas centrais da nova Agenda Global, que estão em ampla discussão nos fóruns mundiais de clima da ONU.

Palavras-Chave: Direitos Humanos. Bibliometria. Cientometria. Produção Científica.

Abstract: The following work aims the analysis of scientific production on Human Rights by the Global South, through a study of the authors and the content of the publications of the International Journal of Human Rights. As a research plan, the methodologies of bibliometric and scientometric analysis were adopted, as they provided mechanisms that allowed the scientific production of the Journal to be traced. The first stage of the analysis is intended to understand the socio-political context of the authors, regarding the variables: institutional affiliation, place of birth and place of institutional affiliation. It was pointed out that these institutions influence the Global Agenda for Human Rights and encourage their members to write in the light of the Agenda. Another substantial occurrence is the expressive representation of authors coming from Europe and the United States, signaling an influence of the Northern Hemisphere on the scientific production of the South. Content analysis was constructed from the indexing of the articles, adapted by Ribeiro (2016) according to literature of the area. Due to this change, it is also evident the need to rethink the controlled vocabulary systems of the area, to contemplate terms related to contemporary themes. The results of the analysis of subjects show that the most debated topic deals with issues related to the Third Dimension, characterized by Collective Transindividual Rights - listed by refugee groups, women, children, LGBT, handicapped, ethnic and indigenous peoples. The second most present theme belongs to the Second Dimension and addresses issues of Justiciability of Rights - related by the Effectiveness of International Jurisdiction and Internationalization of Human Rights. Also identified were subjects less evidenced in the Journal, such as the Right to Development and the Environment. This is a critical point of the Review, as they are central themes of the new Global Agenda, which are under wide discussion in the UN climate forums.

Keywords: Human Rights. Bibliometria. Scientometrics. Scientific Production.

1 INTRODUÇÃO

O século XXI é marcado por consideráveis problemas no campo dos direitos humanos, dentre eles estão os desafios da agenda global como: meio ambiente, questões de gênero, povos étnicos e indígenas, erradicação da fome, e outros. Por este ângulo, concerne à Sociedade e ao Estado, agrupar esforços para enfrentar essas questões. A Academia também se envolve para empenhar esforços e dar continuidade às discussões sobre os direitos humanos e seu desenvolvimento, debatendo no âmbito das disciplinas associadas ao tema, o que cria o campo de estudo de Direitos Humanos, trabalhado no ensino, pesquisa ou extensão.

Este artigo é baseado na Dissertação de Ribeiro (2016) analisando a produção científica em Direitos Humanos no Sul Global, a partir dos artigos publicados na Sur Revista Internacional em Direitos Humanos. O problema de pesquisa proposto é: o estudo de mapeamento da produção científica permite avaliar consistentemente o posicionamento do campo de Direitos Humanos no contexto do Sul Global?

O que se pretende é verificar se a revista trata dos temas ligados à Agenda de Direitos Humanos no século XXI. O objetivo geral é analisar o campo de Direitos Humanos por meio do

mapeamento da produção do conhecimento científico, considerando as publicações da Sur Revista Internacional de Direitos Humanos, no período de 2004 a 2014. Este volume de material bibliográfico representa um significativo segmento da literatura científica, ainda pouco explorado pelos pesquisadores. Espera-se, como resultado, compreender como este conhecimento científico está disposto em relação a autores e dos temas centrais dos artigos.

Sublinha-se que a pesquisa é interdisciplinar pois dialoga com as áreas temáticas presentes na revista investigada (Direito, História, Sociologia), a partir das perspectivas da Ciência da Informação e de suas metodologias específicas, a saber os estudos métricos da bibliometria e cientometria.

Na segunda parte do artigo apresenta-se, de modo sucinto, o referencial teórico que trata das dimensões constitutivas dos direitos humanos. Essas dimensões é que norteiam a análise bibliométrica de assuntos. A metodologia adotada é de investigação empírica sendo descrita na terceira parte. Na parte 4 são sintetizados e analisados os resultados dos estudos bibliométricos e na quinta são indicadas as conclusões.

2 Direitos Humanos e suas dimensões constitutivas

Com a necessidade de reestruturação dos direitos humanos após a Segunda Guerra, tem início o processo de internacionalização. Este período é marcado pelo surgimento de organizações internacionais com o objetivo de promover a cooperação internacional. Destaca-se a maior e mais importante: a Organização das Nações Unidas (ONU). A criação do organismo, juntamente com suas agências especializadas:

[...] demarca o surgimento de uma nova ordem internacional, que instaura um novo modelo de conduta nas relações internacionais, com preocupações que incluem a manutenção da paz e segurança internacional, o desenvolvimento de relações amistosas entre os Estados, a adoção da cooperação internacional no plano econômico, social e cultural, a adoção de um padrão internacional de saúde, a proteção ao meio ambiente, a criação de uma nova ordem econômica internacional e a proteção internacional dos direitos humanos (PIOVESAN, 2007, p.196).

A ONU adotou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, com o objetivo de evitar guerras, promover a paz e a democracia. Apesar de não apresentar vinculação jurídica explícita, esta Declaração tem importância mundial. Seu objetivo central é garantir os direitos civis, políticos e a proteção internacional dos direitos humanos. Com estas ações, “a Declaração Universal dos Direitos Humanos inaugurou o *direito internacional dos direitos*

humanos [...] e, por outro, fundou a concepção contemporânea de direitos humanos” (TRINDADE, 2011, p.193).

Ainda conforme Trindade (2011), o contexto em que essa Declaração foi redigida explica o seu conteúdo, em especial, porque se tornou impossível continuar recusando o *status* de direitos humanos aos chamados direitos econômicos, sociais e culturais.

Para Bobbio (2004): "Não há dúvidas de que os direitos do homem são uma das maiores invenções da nossa civilização", pois a Declaração Universal representa a manifestação da única prova por meio da qual um sistema de valores pode ser considerado humanamente fundado e, portanto, reconhecido.

A intenção da Declaração é especificar que todos devem usufruir dos mesmos direitos (DIAS, 2012). A mesma não tem força de lei para impor essa aplicação, mas Benevides (2007) recorda que o reconhecimento dos direitos humanos na Constituição de um país, assim como a adesão de um Estado aos acordos e declarações internacionais, é um avanço civilizatório no sentido humanista, embora o estatuto não garanta, por si só, os direitos. No entanto, a existência legal, contribui para a proteção e promoção dos direitos humanos

Com a obtenção do poder de questionamento dos direitos e decisões estabelecidos por seu próprio país, os cidadãos de um Estado particular vão se transformando em cidadãos do mundo (BOBBIO, 2004), certificando o processo de internacionalização dos direitos humanos. Para preservar a titularidade de direitos, a condição de pessoa deve ser protegida independentemente de raça, credo, cor ou nacionalidade, podendo a comunidade internacional intervir no caso dos Estados que não fornecem tal proteção.

2.1 Dimensão dos Direitos Humanos

Os direitos fundamentais não surgiram ao mesmo tempo, mas em períodos diferentes, conforme a demanda nas sociedades em cada época. Assim, nos textos jurídicos e acadêmicos, utilizou-se o termo gerações de direitos humanos. Como o surgimento de novas gerações não ocasionou a extinção das anteriores, os pesquisadores passaram a adotar o termo dimensão, por compreender que não ocorre uma sucessão desses direitos, uma vez que todos coexistem.

Os direitos fundamentais de primeira dimensão referem-se às liberdades individuais, incluindo direitos civis e políticos, considerados em várias declarações e constituições de diferentes países. De acordo com Sarlet (2007) assumem particular relevo no rol desses

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

direitos, especialmente pela sua inspiração jusnaturalista, os direitos à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei, são, posteriormente, incluindo liberdade de expressão e de participação política.

Bonavides (2010), assinala que esses direitos, correspondem à fase inicial do constitucionalismo ocidental, mas que continuam a integrar os catálogos das Constituições no limiar do século XXI, ainda que lhes tenha sido atribuído, por vezes, conteúdo e significado diferenciados.

Os direitos fundamentais de segunda dimensão estão atrelados aos direitos sociais, econômicos e culturais, estes direitos são distintos aos da primeira dimensão, exigindo uma atuação positiva do Estado para garanti-los. Tratam-se de direitos básicos, relacionados à sobrevivência e ao bem estar social, como por exemplo os direitos: à saúde, à educação e ao trabalho. Uma vez que foram declarados os direitos de primeira dimensão demandam uma não intervenção, por exemplo não cercear a liberdade de expressão. Já na segunda dimensão o Estado deve assegurar aqueles direitos atuando por exemplo na destinação de recursos para a educação.

Os direitos de terceira dimensão são caracterizados como os direitos coletivos e difusos, direitos de solidariedade. Esses direitos dizem respeito à proteção de grupos de pessoas (família, povo, nação), não se enquadrando nem no público, nem no privado. Bonavides (2010) conceitua esses direitos como sem fronteiras, chamados de "solidariedade planetária", como por exemplo: os testes nucleares, poluição industrial, contaminação de fontes de água potável, controle exclusivo sobre patentes de remédios e as ameaças das nações ricas aos povos que se movimentam em fluxos migratórios (por motivos políticos ou econômicos), independentemente de onde ocorram, constituem ameaças aos direitos atuais e das gerações futuras. O direito a um meio ambiente não degradado já se incorporou à consciência internacional como um direito "planetário". A terceira dimensão leva a universalização dos direitos fundamentais, há relação entre a primeira e a segunda dimensão, pois expande esses direitos, não apenas para um grupo, classe, mas para todos os seres humanos.

Sarlet (2007) observa que os direitos da primeira dimensão e também os direitos sociais se reportam à pessoa individual, não podendo ser confundidos com os direitos coletivos. Os direitos de segunda dimensão podem ser considerados uma densificação do princípio da justiça social, além de corresponderem às reivindicações das classes menos

favorecidas, de modo especial da classe operária, a título de compensação, em virtude da extrema desigualdade que caracteriza as relações com a classe empregadora, notadamente detentora de um menor grau de poder econômico.

O autor Bonavides (2010) se posiciona a favor do reconhecimento de uma quarta dimensão, sendo esta o resultado da globalização dos direitos fundamentais, no sentido de uma universalização no plano institucional, que corresponderia à extrema fase de institucionalização do Estado Social. A quarta dimensão é composta pelos direitos à democracia, à informação, assim como o direito ao pluralismo, a manipulação genética, a mudança do sexo e o direito à paz (interno e externo). Sendo este último condição para a democracia, o desenvolvimento, o progresso social, econômico e cultural e um dos pressupostos básicos para a efetividade dos direitos humanos e fundamentais de um modo geral.

Os direitos fundamentais, conforme Sarlet (2007), são fruto de reivindicações concretas frente às situações de injustiça e, segundo Bendix (1964), são resultantes de lutas de classe frente à desigualdade social. As diversas dimensões marcam a evolução do processo de reconhecimento desses direitos e revelam que estes constituem categoria materialmente aberta e mutável.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O universo da pesquisa contempla 223 artigos, publicados na Sur Revista Internacional de Direitos Humanos, entre 2004 e 2014. Este material bibliográfico representa um importante segmento da literatura científica do Sul Global, ainda inexplorado. Para investigar os dados, a pesquisa possui características quali-quantitativa, descritiva e bibliográfica.

Do ponto de vista da análise, adota-se a bibliometria e cientometria. A Bibliometria pode ser definida como "estudo dos aspectos quantitativos da produção, disseminação da produção, disseminação e uso da informação registrada, usando seus resultados para elaborar previsões e apoiar tomadas de decisões". (MACIAS-CHAPULA, 1998, p.134). A cientometria, por sua vez, é definida como um campo interdisciplinar dedicado ao estudo quantitativo da ciência e da tecnologia, incluindo, entre outros aspectos, o estudo das estruturas cognitivas e organizacionais dos campos científicos e de seus processos de desenvolvimento em relação a outros fatores sociais, conforme argumenta Van Raan (1996, *apud* Silva e Hayashi 2012). É aqui, portanto, que se estabelece a relação entre a Bibliometria e a Cientometria.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

Os artigos são analisados por meio de estudo dos atributos inerentes ao produtor e ao produto em si, representados pelo autor e o assunto. A seguir são descritas as variáveis delimitadas para estratificação dos dados. Cada variável é segmentada em diferentes categorias que permitem qualificar os objetos para posicioná-los quanto ao referencial teórico proposto.

3.1 Variáveis de Autor

As variáveis referentes ao autor visam caracterizá-lo quanto: Distribuição geográfica (nacionalidade) e Vínculo institucional (afiliação e nacionalidade institucional).

Apesar do universo total da pesquisa abranger 223 artigos, a análise de autores considera 220, pois são eliminados os artigos de autoria institucional. Contudo, a quantidade total de autores ultrapassa esse número, devido à prática de coautoria, resultando em 290 autores. Os atributos relacionados a cada variável de autor também podem totalizar um número maior que a quantidade de autores, pois cada autor pode possuir mais de uma titulação e também estar afiliado a mais de uma instituição.

Quadro 1: Variáveis e Categorias de Autor

Variáveis	Atributos e quantidades totais	Categorias
1) Nacionalidade	Total de autores = 290	Continentes: África; América; Ásia, Europa; Oceania.
2) Titulação	Graduação = 319 Mestrado = 237 Doutorado = 141	Cursos: Direito; Sociologia; Ciência Política; Relações Internacionais; História; Filosofia e Outros.
3) Afiliação	Instituições = 397	Tipo de Instituição: ONG; Organização Internacional; Universidade Privada; Universidade Pública Paga; Universidade Pública Gratuita; Estado e Instituição Privada. Continentes: África; América; Ásia, Europa e Oceania.

Fonte: Ribeiro (2016).

3.2 Variáveis de Conteúdo

A análise das variáveis de conteúdo permite identificar os assuntos mais abordados nos artigos, para posteriormente analisar as correlações com as temáticas da Agenda Global em direitos humanos no século XXI.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

Recomendações da NBR 12676:1992¹ balizaram a análise de assunto. Nesta norma, a ABNT define a indexação como "ato de identificar e descrever o conteúdo de um documento com termos representativos dos seus assuntos e que constituem uma linguagem de indexação". Consiste-se em três estágios básicos: 1ª fase: exame do documento; 2ª fase: estabelecimento do assunto de seu conteúdo; 3ª fase: identificação dos conceitos presentes no assunto; 4ª fase: tradução desses conceitos nos termos de uma linguagem de indexação.

Para exame do documento e identificação dos conceitos presentes foram considerados os resumos de cada artigo da Revista Sur. A tradução dos conceitos foi baseada na linguagem do Tesouro da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Tesouro, esclarece Lima (1998), é um vocabulário estruturado segundo um léxico hierarquizado de acordo com as relações semânticas entre os seus termos, os quais contribuem para o exercício da representação dos termos.

O Tesouro da Corte Interamericana de Direitos Humanos (2015), estabelece que a definição das facetas e a seleção de termos permite uma consistência e coerência na busca, pois diminui a porcentagem de erros quando os documentos são processados e indexados, facilitando a identificação da linguística equivalente e a convergência com outros vocabulários controlados. A utilização de um tesouro possibilita a representação do conteúdo e a indexação auxilia na formulação da análise e na interpretação dos dados para a pesquisa.

Em um primeiro ciclo, a indexação seguiu apenas os termos do Tesouro da Corte Interamericana. Contudo, em análise preliminar dos dados, ainda no decorrer das indexações, foi detectado que os temas dos artigos da Revista não estavam sendo contemplados de maneira pormenorizada pelos termos do tesouro eleito, o que impossibilitaria a análise extensiva e conclusiva dos dados.

A área de Direitos Humanos é dinâmica e abrangente, além de sofrer frequentes mudanças e aperfeiçoamento, condição que gera a necessidade de atualizações constantes de termos e significados. Cada época desenvolve novos temas em função de avanços das demandas, lutas e normativas sobre Direitos Humanos. Sendo assim, três fatores principais podem explicar a insuficiência de termos apropriados para representar os artigos por meio do tesouro selecionado: a falta de incorporação de novos termos nas atualizações do tesouro; o nível de hierarquização e relacionamento entre os termos, pouco aprofundado; e, por fim, a

¹ Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. NBR 12676. **Métodos para análise de documentos:** determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

manifestação de regionalidades nos artigos, não sendo contempladas no tesouro devido à sua aplicação contextualizada no âmbito da Corte Interamericana.

O primeiro ciclo de indexação foi concluído conforme proposto, visando-se identificar todos os temas não constantes no tesouro. Então, para tratar a dificuldade apresentada e iniciar um segundo ciclo de indexação, o tesouro foi utilizado como base para adaptações da linguagem de indexação por parte de Ribeiro (2016), realizadas de acordo com o estudo de normativas e literatura da área.

O objetivo da adaptação realizada pela autora não foi criar um sistema de classificação para englobar toda a área de conhecimento sobre Direitos Humanos, apenas incorporar no sistema os temas não contemplados no tesouro, levantados no primeiro ciclo de indexação. Manteve-se a estrutura dos tesouros, relacionando os assuntos em: termos gerais e termos específicos. Entretanto, foram realizadas adaptações nas categorias de todos os níveis, para fundamentar a classificação da base de dados e auxiliar na formulação da análise, interpretação e validação dos resultados obtidos.

Em virtude das adaptações do Tesouro, foi criada uma coluna no Quadro 2, denominado Indexação do Assunto, para especificar a origem do termo apresentado:

Quadro 2: Indexação dos Assuntos.

Classe Temática	Indexação do Assunto	Termo Geral	Indexação do Termo	Termo Específico	Indexação do Termo
Primeira Dimensão (Individual)	Tesouro²	Direitos Cíveis e Políticos	Tesouro	Direito à vida; Direito à liberdade; Direito à igualdade.	Tesouro Tesouro Tesouro
Segunda Dimensão (Atuação do Estado)	Tesouro está como Terceira Dimensão. Foi adaptado por Bonavides	Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	Tesouro	Direito à educação; Direito à saúde; Direito à moradia; Direito à alimentação; Direito ao trabalho; Direito agrário.	Tesouro Tesouro Tesouro Tesouro Tesouro Tesouro
	Bonavides³	Justiciabilidade dos Direitos	Abramovich e Courtis⁴ ; Sarlet⁵	Eficácia da Jurisdição Internacional; Internacionalização dos DH.	Bonavides ; Sarlet

² <http://www.corteidh.or.cr/index.php/en/biblioteca/biblioteca-tesouro>.

³ BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

⁴ ABRAMOVICH, Victor; COURTIS, Christian. **El umbral de la ciudadanía: el significado de los derechos sociales en el Estado social constitucional**. Buenos Aires: Editores del Puerto, 2006.

⁵ SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 8. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

Terceira Dimensão (Coletivo)	Bonavides; Ishay ⁶	Direitos Transindividuais Coletivos	Bonavides	Refugiados; Mulheres; Crianças; LGBTI; Deficientes; Povos Étnicos e Indígenas.	Autora; Tesouro; Tesouro; ONU ⁷ ; Tesouro; Ishay
	Bonavides	Direitos Individuais Homogêneos	Bonavides	Vítimas da Ditadura e <i>Apartheid</i>	Bonavides
	Bonavides; Ishay	Sociedade Civil	Tesouro	Organização Não Governamental (ONG).	Tesouro
Quarta Dimensão (Universal)	Bonavides	Globalização Política	Tesouro	Política Econômica	Tesouro
	Bonavides	Tecnologia da Informação e Comunicação	Tesouro	Barreiras à Informação e Tecnologia.	Tesouro
	Bonavides	Direito à Paz	Tesouro	Segurança Nacional e Internacional.	Tesouro
	Bonavides	Direito ao Desenvolvimento	Tesouro	Pacto de Desenvolvimento.	Tesouro
	Bonavides	Ecossistemas	Tesouro	Desenvolvimento Sustentável.	Tesouro

Fonte: Ribeiro (2016).

As classes temáticas coordenam a organização do campo de estudo, e as relações se estabelecem entre os termos gerais, até chegar à pormenorização do assunto indexado por meio dos termos específicos.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

A análise e interpretação dos resultados foi dividida em dois grupos: o primeiro trata das variáveis relacionadas ao perfil dos autores e o segundo elenca as variáveis relacionado ao conteúdo dos artigos.

4.1 Autores

Nesta etapa são abordadas as variáveis dos autores: Afiliação institucional e Nacionalidade dos autores e instituições.

⁶ ISHAY, Micheline R. (Org.) **Direitos Humanos**: uma ontologia. São Paulo: Edusp, 1997.

⁷ <http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/BDL/2017/10954>.

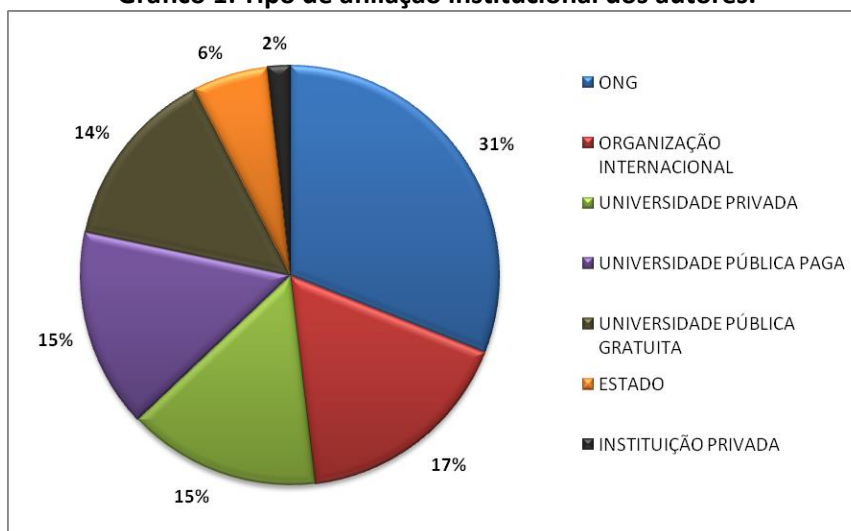
Na primeira fonte utilizada para coleta dos dados, foram identificados 319 autores diferentes para os 220 artigos considerados nesta análise. O nome completo dos autores foi o atributo utilizado para individualizar cada autor. Todos os dados referem-se à condição dos autores em relação à data de publicação dos artigos, ou seja, afiliações posteriores não foram consideradas para a análise desses atributos e suas variáveis.

4.1.1 Afiliação Institucional

O objetivo desta análise é verificar a dinâmica de patrocínio dos diversos tipos de organismo na produção do conhecimento em Direitos Humanos. Não obstante a inegável importância destas contribuições, examina-se a influência que as organizações exercem no campo de estudo, consoante a atuação proposta na sociedade.

Assim como titulações, os autores podem possuir mais de um vínculo institucional. Nesta etapa, são realizadas análises sobre as 397 instituições às quais os autores estavam afiliados quando publicaram os artigos em voga.

Gráfico 1: Tipo de afiliação institucional dos autores.



Fonte: Ribeiro (2016).

Esta variável de afiliação institucional aponta que é alto o índice de participação dos autores vinculados à Universidade. As categorias relacionadas a este tipo somam 44% do total de 397 instituições, seguidos por Organização Não Governamental (ONGs) com 31%. Ademais, o Estado ficou com 6% e Instituição Privada com 2%.

Observa-se uma tendência proveitosa da revista, no sentido de contemplar artigos de autores afiliados a diferentes tipos de instituições. Essa característica é indispensável para a

área de Direitos Humanos, é importante fomentar tanto o olhar do autor que estuda a teoria como do que trabalha na prática, transformando-se em um meio de interlocução de extensa construção para a produção do conhecimento. As autoras Costa e Nunes (2010) expressam:

A conquista de direitos e, especialmente, dos Direitos Humanos, põe na ordem do dia um conjunto de novas questões (gênero, orientação sexual, etno-racial, indígena, nacionalidade, dentre outras) que precisam, por um lado, ser tematizado por instituições acadêmicas a exemplo das universidades, e por outro, ter instituições idôneas que promovem programas e ações, a exemplo das ONGs e dos movimentos sociais. (COSTA; NUNES, 2010).

Costa e Nunes (2010) atentam-se para o fato de que tratar da articulação universidade e movimentos sociais, traz à tona a questão do "*locus* promotor e produtor de educação", como espaço de construção do conhecimento, presente nos movimentos sociais, assumindo assim, grande relevância social e política.

Este resultado demonstra também a relevância da esfera pública, representada pelas Universidades, ONGs e Organizações Internacionais. A emancipação dos Direitos Humanos depende da esfera pública, pois por meio dela se constroem as políticas para o alcance social.

4.1.2 Nacionalidade dos Autores e Instituições

Neste item foi investigada também a correlação entre a abrangência geográfica dos conteúdos abordados nos artigos com a origem do autor e a localização das instituições ou suas filiais. As análises englobam-se os 290 autores identificados no levantamento e as 397 instituições listadas.

Tabela 1: Nacionalidade de autores e instituições

Continente	Local de nascimento	Local de afiliação Institucional
América	181	241
Europa	45	82
África	37	52
Ásia	23	16
Oceania	4	6
Total	290	397

Fonte: Ribeiro (2016).

De acordo com a Tabela 1 de local de nascimento e local de afiliação institucional, observa-se o predomínio dos continentes americano, europeu e africano. Chama atenção a influência dos autores nascidos no continente europeu, uma vez que a revista está delimitada a assuntos relacionados a demandas do Sul Global. A revista Sur foi criada em 2004, momento

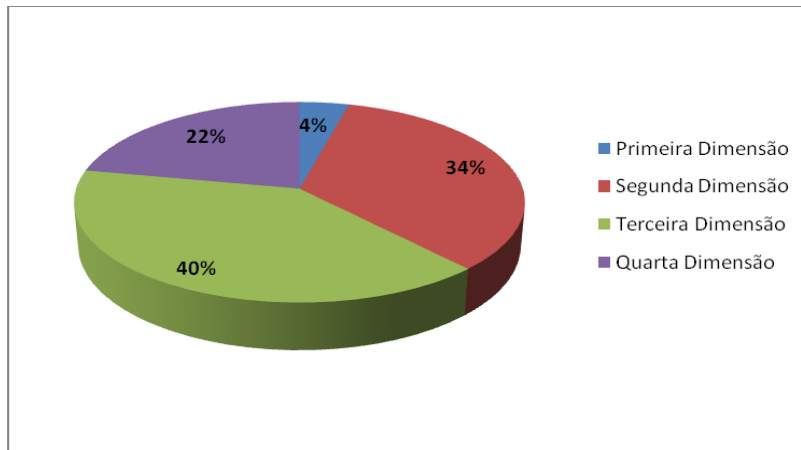
em que muitos países do hemisfério sul passavam por transições políticas, saindo de longos anos de governos totalitários, caracterizados por desrespeitar os direitos humanos de suas populações.

De acordo com Hafner-Burton (2014): "a promoção dos direitos humanos vai ganhar mais força se mais governos se comprometerem de forma responsável a promover os direitos humanos em sua região, projetando mais poder para os direitos humanos além da América do Norte ou Europa".

A influência dos países do hemisfério norte é maior devido a própria questão histórica com a produção de conhecimento em direitos humanos, por ser mais antigo. Ainda é um desafio para a produção científica, a hegemonia de autores que atuam nos países do hemisfério sul, pois seu envolvimento com tais questões é mais recente, contudo são estes que retratam as realidades locais atuais.

4.2 Conteúdo

Gráfico 2: Classe Temática.



Fonte: Ribeiro (2016).

Para indexação dos 223 artigos quanto às classes temáticas, utilizou-se a literatura de Bonavides (2010). Seguem os resultados: Primeira Dimensão 4% (9 artigos); Segunda Dimensão 34% (76 artigos); Terceira Dimensão com 40% (89 artigos); Quarta Dimensão com 22% (49 artigos). Este resultado permite afirmar que a Segunda e Terceira Dimensões apresentaram maior concentração dos artigos.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

Tabela 2: Níveis Hierárquicos das Classes Temáticas, Termos Gerais e Termos Específicos.

CLASSE TEMÁTICA	Qtde.	TERMO GERAL	Qtde.	TERMO ESPECÍFICO	Qtde.	O assunto contempla a Agenda Global de DH?		
Primeira Dimensão (Direito Individual)	9	Direitos Civis e Políticos	9	Direito à vida	4			
				Direito à liberdade	3			
				Direito à igualdade	2			
Segunda Dimensão (Atuação do Estado)	76	Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	23	Direito à educação	5	Sim		
				Direito à saúde	9	Sim		
				Direito à alimentação	8	Sim		
				Direito ao trabalho	1	Sim		
				Justiciabilidade dos Direitos	53	Eficácia da Jurisdição Internacional	22	Sim
						Internacionalização dos DH	31	Sim
Terceira Dimensão (Direito Coletivo)	89	Direitos Transindividuais Coletivos	54	Refugiados	10	Sim		
				Mulheres	9	Sim		
				Crianças	3	Sim		
				LGBTI	6			
				Deficientes	9			
				Povos Étnicos e Indígenas	17	Sim		
				Direitos Individuais Homogêneos	9	Vítimas da Ditadura e Apartheid	9	
Sociedade Civil	26	Organização Não Governamental (Ongs)	26					
Quarta Dimensão (Universal)	49	Globalização Política	17	Política Econômica em DH	17	Sim		
				Tecnologia da Informação e Comunicação	9	Barreiras à Informação e Tecnologia	9	Sim
				Direito à Paz	14	Segurança Nacional e Internacional	14	Sim
				Direito ao Desenvolvimento	5	Pacto de Desenvolvimento	5	Sim
				Ecosistemas	4	Desenvolvimento Sustentável	4	Sim
Total	223		223		223	174 artigos		

Fonte: Ribeiro (2016).

O resultado da Tabela 2, permite verificar que a Revista contempla 174 artigos ligados aos temas abordados pela Agenda Global da ONU no século XXI. Com relação aos temas de pouca concentração, foi identificado que Direito ao Desenvolvimento apresentou apenas 5

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

artigos e Ecosistemas 4 artigos. Também foi identificada a falta de ocorrência de artigos relacionados a alguns temas, como por exemplo: Direitos Transindividuais dos Idosos, Engenharia Genética, entre outros.

Segundo a ONU, a Agenda Global é guiada pelos princípios da própria Carta das Nações Unidas, incluindo o pleno respeito pelo direito internacional e fundamenta-se: na Declaração Universal dos Direitos Humanos, nos tratados internacionais de direitos humanos, na Declaração do Milênio e nos resultados da Cúpula Mundial de 2005.

Ainda conforme a ONU (2016), esta Agenda Global foi baseada nas principais conferências e cúpulas, como:

- ✓ Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento;
- ✓ a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável;
- ✓ a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social;
- ✓ o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, a Plataforma de Ação de Pequim; e a
- ✓ Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20);
- ✓ Quarta Conferência das Nações Unidas sobre os Países Menos Desenvolvidos;
- ✓ Terceira Conferência Internacional sobre Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento;
- ✓ Segunda Conferência das Nações Unidas sobre os Países em Desenvolvimento Sem Litoral;
- ✓ Terceira Conferência Mundial da ONU sobre a Redução do Risco de Desastres.

A ONU (2016) ressalta também que os desafios e compromissos destas conferências e cúpulas são inter-relacionados e exigem soluções integradas. Para resolvê-los de forma eficaz, é necessário uma nova abordagem. O desenvolvimento sustentável reconhece que estão vinculados uns aos outros e são interdependentes os seguintes temas: a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões; o combate às desigualdades dentro e entre os países; a preservação do planeta; a criação do crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável; e a promoção da inclusão social.

Em sua agenda, a ONU (2016) sublinha que o “compromisso [...] de assegurar que ninguém seja deixado para trás só pode ser realizado se igualmente nenhum direito humano for deixado para trás”. A implementação efetiva da agenda depende do compromisso global com os direitos humanos, incluindo o comprometimento com os princípios de

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

responsabilidade, de não discriminação e de igualdade, em particular a igualdade de gênero, bem como a consciência das obrigações dos direitos humanos dos Estados.

A Revista Sur vem aos poucos fortalecendo um meio de comunicação que antes era predominante do Hemisfério Norte, de onde provinha a maioria das publicações acadêmicas. O desafio agora é ampliar as discussões voltadas para a aplicabilidade do conhecimento gerado no Sul Global.

Os termos específicos com maior ocorrência foram: Internacionalização dos direitos humanos com 31 artigos; seguido de ONGs com 26; Eficácia da jurisdição internacional com 22 artigos; Povos Étnicos e indígenas 17; Política Econômica 17; Segurança nacional e internacional 14; Mulheres 10; Refugiados 9; Direito à saúde 9; Deficientes 9; Barreiras à informação e tecnologia 9; Vítimas da ditadura e *apartheid* 9; Direito à alimentação 8; LGBT 6; Pacto de desenvolvimento 5; Direito à educação 5; Desenvolvimento sustentável 4; Direito à vida 4; Direito à liberdade 3; Crianças 3; Direito à igualdade 2; Direito ao trabalho 1. Portanto, totalizando 223 artigos, sendo cada artigo atribuído a um único termo específico.

O termo geral mais indexado foi Direitos Transindividuais Coletivos com 54 artigos; depois aparece Justiciabilidade dos direitos com 53; em seguida Sociedade civil 26; Direitos Econômicos, Sociais e Culturais com 23; Globalização Política com 17; Direito à Paz com 14; Tecnologia da Informação e Comunicação 9; Direitos Civis e Políticos 9; Direitos Individuais Homogêneos com 9; Direito ao desenvolvimento com 5 e, por último, Ecossistemas com 4. Também totalizando 223 artigos, isto é, um termo geral para cada artigo.

Dos 223 artigos, 107 tratam de dois temas: Direitos Transindividuais Coletivos com 54 e Justiciabilidade dos direitos com 53. A quantidade de cada um desses temas é aproximadamente duas vezes maior que a quantidade do terceiro colocado: Sociedade Civil, que obteve 26 artigos.

O resultado apresentado constata que ainda é um desafio dos direitos humanos a questão da efetivação dos direitos econômicos, sociais e culturais e sua justiciabilidade. É um desafio para os Estados incorporarem e aplicarem a internacionalização deste Pacto Internacional e suas normativas em nos sistemas jurídicos nacionais.

A consolidação dos instrumentos internacionais dos direitos humanos e o aumento da responsabilidade assumida pelos Estados membros nessa esfera são passos essenciais para a aplicação eficaz das normas e para criar uma cultura mundial de direitos humanos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A variável de conteúdo foi construída a partir da indexação dos artigos, seguindo a padronização do tesouro da corte interamericana e adaptado pela pesquisadora à luz das normativas e literatura da área. A partir desta combinação de elementos foi possível identificar dois grandes assuntos. O primeiro está relacionado às questões de Terceira Dimensão dos Direitos Humanos, coadunados aos Direitos Transindividuais Coletivos – elencados pelos grupos de: refugiados, mulheres, crianças, LGBTI, deficientes, povos étnicos e indígenas. Santos e Chauí (2013) notificam que muito lentamente os direitos coletivos têm sido incluídos na agenda política, nacional e internacional. O segundo pertence à Segunda Dimensão de direitos humanos, e aborda a Justiciabilidade dos Direitos – arrolados pela: eficácia da jurisdição internacional e internacionalização dos direitos humanos. Este tema discute problemas de aplicabilidade e efetivação dos direitos econômicos, sociais e culturais, bem como a resistência dos Estados em incorporar e aplicar os tratados e convenções internacionais nos sistemas jurídicos nacionais.

A variável de autor mostrou-se eficaz ao traçar afiliação nacional e institucional, demonstrando a relevância de se valorizar essas informações nos periódicos científicos. O Tesouro da Corte Interamericana evidenciou a necessidade de repensar os sistemas de vocabulário controlado da área, principalmente nos casos de Terceira e Quarta Dimensões, para que contemplem termos à luz das normativas e da literatura, considerando os temas contemporâneos, a fim de abranger aspectos específicos do campo.

No entanto, a perspectiva pode ser ampliada em futuros estudos, pois a variável de conteúdo pode ser abordada por meio de outros mecanismos de análise. É necessário incrementar as pesquisas sobre a produção científica em Direitos Humanos, tanto nacionais como internacionais com vistas a colaborar como os processos de divulgação e de ampliação do conhecimento nessa área.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Maria Victoria. Direitos humanos: desafios para o século XXI. In: Silveira, Rosa Maria Godoy (*Org. et al.*). **Educação em Direitos Humanos**: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Educação Universitária, 2007. p.335-350. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wp-content/uploads/2014/07/merged.compressed.pdf>>. Acesso em: 20 de mai. 2017.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

BOBBIO, Norberto. **Era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Tesouro em Direitos Humanos**. 2015. Disponível em: <<http://www.corteidh.or.cr/index.php/en/biblioteca/biblioteca-tesouro>>. Acesso em 10 de jun. de 2017.

COSTA, Célia; NUNES, Itamar. Direitos Humanos, Universidade e Movimentos Sociais: uma articulação possível. In: Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós-Graduação (ANDHEP), 6. **Anais...** São Paulo, 2010. Disponível: <www.andhep.org.br/anais/arquivos/VIIencontro/gt10-06.pdf>. Acesso: em 04 de mai. 2017

DIAS, Reinaldo. **Introdução aos Direitos Humanos**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2012.

HAFNER-BURTON, Emilie. "Evitar o uso do poder seria devastador para os direitos humanos". **Sur Revista Internacional de Direitos Humanos**. São Paulo, v.11, n.20, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.conectas.org/pt/acoes/sur/edicao/20/1007385-%E2%80%9Cevitar-o-uso-do-poder-seria-devastador-para-os-direitos-humanos%E2%80%9D>>. Acesso em: 16 de mar. 2017.

LIMA, Vânia Mara Alves. **Terminologia, comunicação e representação documentária**. 1998. 118f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-11052004-122839/pt-br.php>>. Acesso em: 10 de mai. de 2017.

MACIAS-CHAPULA, C. A. O papel da informetria e da cientometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 134-140, maio/ago. 1998. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/342>>. Acesso em: 03 março de 2017.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Charter of the Organization of American States (A 41)**. 2016. Disponível em: <http://www.oas.org/en/sla/dil/inter_american_treaties_A-41_charter_OAS.asp>. Acesso em: 25 de mai. 2017.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano**. São Paulo: Saraiva, 2007.

RIBEIRO, Ana Cláudia. **A produção científica em Direitos Humanos nos países do Sul Global: uma análise bibliométrica e cientométrica da Sur Revista Internacional de Direitos Humanos**. 2016. 112f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUÍ, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

SILVA, Márcia Regina da; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. O que a Bourdieu tem a dizer à bibliometria?. In: (Orgs.) SANTAREM SEGUNDO, José Eduardo; SILVA, Márcia Regina da; MOSTAFA, Solange Puntel. **Os pensadores e a ciência da informação**. Rio de Janeiro: E-papers, 2012. cap.1, p.9-24.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 8. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

TRINDADE, José Damião de Lima. **História social dos direitos humanos**. 3. ed. São Paulo: Peirópolis, 2011.